



PREFEITURA DE UNAÍ
ESTADO DE MINAS GERAIS

Unaí-MG, 06 de dezembro de 2022.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 191/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2022

BAMAQ S/A - BANDEIRANTES MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 18.209.965/0001-54, com sede localizada na Rod. BR 381 – Rodovia Fernão Dias, n.º 2.111, Bairro Bandeirantes, no município de Contagem/MG, CEP: 32.240-090, neste ato, devidamente representada na forma de seu Estatuto Social, interpôs, **TEMPESTIVAMENTE**, conforme dispõe o art. 4º, inciso XVIII da Lei nº 10.520/02¹, recurso administrativo contra decisão proferida pelo Pregoeiro, acerca da habilitação da empresa Forza Distribuidora Ltda. e classificação da empresa Transformat Comércio e Serviços Ltda., referente ao **lote nº 06 – Motoniveladora**.

I. DOS FATOS

A recorrente alude que com relação ao Pregão Eletrônico, verifica-se que o Pregoeiro responsável pelo certame em comento, entendeu por habilitar a empresa FORZA DISTRIBUIDORA LTDA. e classificar a empresa TRANSFORMAT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. no lote 6 – Motoniveladora, sem, contudo, as referidas empresas terem atendido a diversas determinações postas no Edital de Licitação em referência.

Destaca que não merece prosperar a Decisão proferida, pelo Pregoeiro que classificou as empresas, em razão dessas, não terem cumprido as exigências exaradas no Edital em apreço, conforme a Recorrente passará a expor:

¹ XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;



PREFEITURA DE UNAÍ
ESTADO DE MINAS GERAIS

II. SÍNTESE DAS RAZÕES DA RECORRENTE

Para não deixar a decisão prolixa, haja vista os recursos e contrarrazões encontram-se na plataforma, em síntese alega a recorrente que em relação ao produto ofertado por ambas as empresas, Motoniveladora marca XCMG, modelo GR1803, não atende o requisito do edital, bomba hidráulica de pistões axiais, fluxo variável, equipada com sistema loadsensing, uma vez que a máquina possui bomba hidráulica de engrenagem com fluxo constante de óleo.

Sistema hidráulico

Sistema alimentado por bomba dupla de engrenagens e sistema de prioridade para sistema de direção e freio. Válvulas de controle de implementos e cilindros hidráulicos equipados com válvulas de alívio e retenção em todos os comandos. Cilindros de elevação de lâmina montados sobre mancal rotativo - sela - com sistema hidráulico de trava

Bomba tipo	Bomba dupla de engrenagens	
Vazão da bomba hidráulica a 2.200 rpm	L/min	2x55
Pressão máxima do sistema	Mpa	18

Além disso, que as empresas, não contemplam as revisões do equipamento, que é um dos requisitos do termo de referência, no item 6.3. Confirma-se: “6.3 As revisões obrigatórias serão por conta da proponente, inclusive o deslocamento, sendo que as peças e demais elementos serão por conta do município.”

Que as licitantes, não são concessionárias autorizadas da XCMG, portanto não poderão prestar assistência técnica do equipamento, realizar as revisões tão pouco delegá-lo para terceiro, pois o edital veda essa prática. Veja: “8.3 Prefeitura de Unaí não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da licitante vencedora para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.”

Ante todo o exposto, as Propostas apresentadas pelas empresas FORZA DISTRIBUIDORA LTDA e TRANSFORMAT COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.,



PREFEITURA DE UNAÍ ESTADO DE MINAS GERAIS

estão em COMPLETO DESACORDO com as prescrições editalícias, conforme restou amplamente demonstrado acima. Somado a isto, as referidas Empresas descumpriram com várias exigências constantes no Edital de Licitação, MOTIVO PELO QUAL REQUER AS SUAS DESCLASSIFICAÇÕES.

III. DAS CONTRARRAZÕES

A única contrarrazoante FORZA DISTRIBUIDORA LTDA., em síntese, alega as revisões mencionadas na proposta de preços reajustada não se confundem com aquelas exigidas pelo no Termo de Referência, afinal, trata-se tão somente de cortesia oferecida pela proponente vencedora, reforçando a vantajosidade na contratação e não tem a pretensão de interferir nas cláusulas e condições previamente estabelecidos pelo edital do presente certame, pelo contrário, além de cumprir com as revisões obrigatórias na forma estabelecida pelo Termo de Referência, a proponente ainda deixou claro que o produto ofertado contaria com 03 (três) revisões adicionais, sem que fosse atribuído NENHUM CUSTO ao Município de Unaí/MG, diferenciando-se daquela indicada no Termo de Referência, onde o município seria responsável por custear parcialmente as despesas.

Não obstante, ao optarem por participar deste certame os proponentes submeteram-se integralmente a todas as cláusulas, exigências e condições do instrumento convocatório e seus respectivos anexos, assim como obrigaram-se a fornecer o produto nos termos exigidos, inclusive no que se diz respeito as revisões, garantia, assistência técnica, transporte, especificações e prazos para o fornecimento do objeto, demonstrando que ao menos em percepção preliminar, os questionamentos levantados pelo partícipe inconformado provavelmente decorreram-se da interpretação equivocada do edital e da proposta de preços, sendo vedada a presunção de culpa ou de inexecução contratual como sustentou o proponente.

Logo, não se mostra plausível o pedido apresentado pela RECORRENTE no sentido de recusar a PROPOSTA MAIS VANTAJOSA para Administração Pública com base na interpretação distorcida dos termos declarados pela empresa vencedora, assim como não seria razoável o afastamento sumário de concorrentes nas hipóteses passíveis diligência na forma prevista no art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/93 e no art. 47 do Decreto Federal nº 10.024/19, respectivamente.



PREFEITURA DE UNAÍ ESTADO DE MINAS GERAIS

Também não colhe o argumento de suposto descumprimento ao edital em face da ausência de “autorização” expedida pelo fabricante ou do não enquadramento como “concessionária” da marca ofertada. Isso porque o edital – lei interna da licitação – estabeleceu claramente as condições para participação e não continha qualquer vedação ou exclusividade de participação para empresas “concessionárias”, pelo contrário, o instrumento convocatório foi redigido de forma a privilegiar o caráter competitivo da licitação e a ampliação do universo de eventuais interessados, distanciando-se do excesso de formalismo e da fixação de exigências desfilhadas da lei básica de regência. Se eventualmente houvesse discordância relativa aos termos publicados, caberia aos interessados a apresentação de impugnação em tempo hábil, o que não veio a ocorrer no presente certame.

IV. DA ANÁLISE DO PLEITO

Antes de adentrarmos ao mérito, vale ressaltar que a atividade de licitar decorre da necessidade de efetivos controles procedimentais direcionados a salvaguardar os princípios constitucionais que fundamentam a atividade administrativa estatal, zelando pela proteção do patrimônio e moralidade públicos, visando propiciar iguais oportunidades aos que desejam contratar com o Poder Público, dentro dos padrões estabelecidos pela Administração.

Assim dispõe o artigo 3º, da Lei 8.666/93, que a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Sem mais tardar, no que concerne ao desatendimento da especificação, vale dizer que a recorrida não fez menção alguma em sua contrarrazão com relação à característica do seu produto no que diz respeito ao item atacado pela recorrente, de forma que, após análise, verifica-se que a divergência altera, demasiadamente, a característica do produto que a Administração pretende adquirir, tanto que, sequer insurgiu em seu socorro.



PREFEITURA DE UNAÍ ESTADO DE MINAS GERAIS

Dessa forma, há que se ressaltar que a Administração deve seguir princípio do julgamento objetivo, consignado nos arts. 44 (*"No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou no convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei"*) e 45 (*"O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle"*).

Zanella di Pietro, explicando este princípio, afirma que, *"Quanto ao julgamento objetivo, que é decorrência também do princípio da legalidade, o julgamento das propostas há de ser feito de acordo com os critérios fixados no edital"*.

Aceitar como melhor proposta apenas o melhor preço ofertado, sem que, **concomitantemente**, fosse observado o princípio básico da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, julgamento objetivo e demais disposições aplicáveis à matéria, *seria inovar no processo*.

É imperiosa a análise das propostas visando precisar seu efetivo atendimento ao instrumento convocatório e às demandas do interesse público. De acordo com o Prof. Marçal Justen Filho:

A economicidade exige que o Estado desembolse o mínimo e obtenha o máximo e o melhor. [...] Mas a vantagem não se relaciona apenas e exclusivamente com a questão financeira. O Estado necessita receber prestações satisfatórias, de qualidade adequada. De nada serviria ao Estado pagar valor irrisório para receber objeto imprestável

Segundo José dos Santos Carvalho Filho:

O procedimento administrativo vinculado por meio do qual os entes da Administração Pública e aqueles por ela controlados selecionam a **melhor proposta** entre as oferecidas pelos vários interessados, com dois objetivos – a celebração de contrato ou a obtenção do melhor trabalho técnico, artístico ou científico. (MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, 2001, p. 188) (*grifamos*)



PREFEITURA DE UNAÍ ESTADO DE MINAS GERAIS

Dessa forma, entendo haver irregularidade nas propostas das empresas recorridas, considero que resulta em ofensa à igualdade e interfere no julgamento objetivo da proposta. Assim, avalio que a proposta de menor valor não é a mais vantajosa, em prestígio ao interesse público.

II. CONCLUSÃO

Ante ao exposto, opino pela **procedência do recurso apresentado** e opino pela desclassificação de ambas as recorridas, haja vista que não cumpriram com especificações mínimas do edital.

Contudo, nada obsta a prevalência de entendimento diverso da Autoridade Competente para decisão do mérito, caso sua convicção seja em sentido diverso.

Encaminhe-se à Autoridade Competente para conhecimento e decisão do mérito da demanda, conforme seu juízo de convencimento, a partir das razões recursais, das contrarrazões, da manifestação do pregoeiro e em cumprimento ao artigo 109, § 4º da Lei Federal 8.666/93.

Fabio Vagner de Meneses
Pregoeiro